

## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 80/XIV/2.<sup>a</sup> SL

Aos 5 dias do mês de maio de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Sala 4 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### I Parte - 10h

##### Audiência com a Ordem dos Psicólogos Portugueses

#### II Parte - 11h

1. **Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 77 e 78, de 27 e 28 de abril de 2021;**
  2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
  3. **Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 535/XIV/2.<sup>a</sup> (PAN) - «Consagra o direito de desconexão profissional, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro», o Projeto de Lei n.º 790/XIV/2.<sup>a</sup> (Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues) - «Garante o direito dos trabalhadores à desconexão profissional» e o Projeto de Lei n.º 797/XIV/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) - «Consagra o Direito ao Desligamento, procede à 17.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho»;**  
**Deputada autora do parecer: Diana Ferreira (PCP);**
  4. **Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 745/XIV/2.<sup>a</sup> (BE) - «Altera o regime jurídico-laboral de teletrabalho, garantindo maior proteção do trabalhador (19.<sup>a</sup> alteração ao Código do Trabalho e 1.<sup>a</sup> alteração da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais)», o Projeto de Lei n.º 765/XIV/2.<sup>a</sup> (PCP) - «Regula o regime de trabalho em teletrabalho», o Projeto de Lei n.º 791/XIV/2.<sup>a</sup> (Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues) - «Reforça os direitos dos trabalhadores em regime de teletrabalho», o Projeto de Lei n.º 806/XIV/2.<sup>a</sup> (PEV) - «Altera o código do trabalho com vista a regular o teletrabalho de forma mais justa», o Projeto de Lei n.º 808/XIV/2.<sup>a</sup> (PS) - «Procede à regulação do teletrabalho» e o Projeto de Lei n.º 811/XIV/2.<sup>a</sup> (PAN) - «Regulamenta o teletrabalho no setor público e privado, cria o regime de trabalho flexível e reforça os direitos dos trabalhadores em regime de trabalho à distância, procedendo à alteração do Código do Trabalho, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e da Lei n.º 98/2009, de 04 de setembro»;**  
**Deputada autora do parecer: Clara Marques Mendes (PSD);**
  5. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 812/XIV/2.<sup>a</sup> (PSD) - «Altera o regime jurídico-laboral do teletrabalho (19.<sup>a</sup> alteração ao Código do Trabalho e 1.<sup>a</sup> alteração da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais)»;**  
**Deputado autor do parecer: João Paulo Pedrosa (PS);**
  6. **Apreciação e votação dos requerimentos do Grupo Parlamentar do BE para audição dos representantes do Estado nos Conselhos de Administração, respetivamente, da Fundação de Serralves e da Fundação Casa da Música;**
  7. **Definição da metodologia e eventual agendamento da apreciação na especialidade e da nova apreciação na generalidade de iniciativas legislativas em Comissão;**
  8. **Outros assuntos.**
-



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 80/XIV/2.<sup>a</sup> SL

#### **I Parte - 10h**

##### **Audiência com a Ordem dos Psicólogos Portugueses**

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado João Paulo Pedrosa (PS), que assumiu a condução dos trabalhos em virtude da impossibilidade de o Senhor Presidente Pedro Roque estar presente, cumprimentou e deu as boas-vindas a todas e todos os Senhores Deputados que acompanhavam a reunião, bem como ao Senhor Bastonário da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), Dr. Francisco Miranda Rodrigues, iniciando a [audiência](#) com a descrição da metodologia adotada, e dando a palavra ao Senhor Bastonário da OPP, que apresentou, por via remota, a sua exposição inicial, com base na [documentação](#) previamente distribuída por todos os Grupos Parlamentares.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Alexandra Tavares de Moura (PS), Emília Cerqueira (PSD), José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP) e Pedro Morais Soares (CDS-PP), respondendo o Senhor Bastonário da OPP de forma conjunta e sucessiva às questões colocadas.

A audiência foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Nada mais havendo a apreciar, o Senhor Presidente em exercício agradeceu a presença e a participação de todos, em especial do Senhor Bastonário da OPP, efetuando-se então uma breve pausa, antes de se dar início à segunda parte da reunião.

#### **II Parte - 11h**

Retomou-se então a apreciação da Ordem de Trabalhos nos seguintes termos, assumindo a Senhora Vice-Presidente da CTSS, Deputada Diana Ferreira (PCP) a condução dos pontos 1. e 5.

- 1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 77 e 78, de 27 e 28 de abril de 2021;**

As atas identificadas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar (GP) do CDS-PP.



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 80/XIV/2.<sup>a</sup> SL

Avançou-se então para o quinto ponto da agenda do dia, tomando da palavra o Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS), que apresentou de forma sucinta o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 812/XIV/2.<sup>a</sup> (PSD). Com efeito, depois de aludir ao poder de iniciativa da lei dos Deputados e dos Grupos Parlamentares e ao objeto, motivação e conteúdo da iniciativa, ao enquadramento legal, à apreciação da conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais e do cumprimento da lei formulário e às iniciativas legislativas e petições pendentes sobre a matéria, e bem assim depois de ter reservado a sua posição para a discussão desse dia em Plenário, o Senhor Deputado relator concluiu pelo cumprimento de todos os requisitos formais, constitucionais e regimentais em vigor e pelo envio do parecer ao Senhor Presidente da Assembleia da República, não sem antes formular uma sugestão quanto ao título da iniciativa.

Depois de a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) e a Senhora Presidente em exercício terem saudado o trabalho efetuado, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CDS-PP.

O Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) reassumiu então a presidência da reunião, que se desenrolou nos seguintes moldes:

**2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**

O Senhor Presidente em exercício deu conta que havia sido atribuída competência em conexão à CTSS para a apreciação na generalidade dos Projetos de Lei n.ºs 817/XIV/2.<sup>a</sup> (PCP) - «Em defesa da produção nacional de moluscos bivalves vivos e dos trabalhadores do sector» e 819/XIV/2.<sup>a</sup> (PEV) - «Condições de acesso à pré-reforma para os oficiais de justiça (Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)», que haviam baixado, respetivamente, à 7.<sup>a</sup> e à 1.<sup>a</sup> Comissão.

**3. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 535/XIV/2.<sup>a</sup> (PAN) - «Consagra o direito de desconexão profissional, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro», o Projeto de Lei n.º 790/XIV/2.<sup>a</sup> (Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues) - «Garante o direito dos trabalhadores à desconexão profissional» e o Projeto de Lei n.º 797/XIV/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) - «Consagra o Direito ao Desligamento,**



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 80/XIV/2.<sup>a</sup> SL

procede à 17.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho»;

Deputada autora do parecer: Diana Ferreira (PCP);

Foi concedida a palavra à Senhora Deputada relatora, que de forma concisa apresentou o parecer referente às iniciativas em epígrafe, que no seu entender cumpriam os requisitos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, entre os quais os decorrentes da Lei Formulário, registando ainda que, tratando-se de legislação de trabalho, todas haviam sido submetidas a discussão pública, das quais apenas uma (a do Projeto de Lei n.º 535/XIV/2.<sup>a</sup> (PAN)) se encontrava concluída. Assim, remetendo para a Nota Técnica quanto ao enquadramento legal e doutrinário e antecedentes e quanto à avaliação prévia de impacto, e recordando as iniciativas legislativas sobre o mesmo tema apresentadas na Legislatura anterior, reservou a sua posição para o debate desse dia em sessão plenária, concluindo pelo envio do parecer ao Senhor Presidente da Assembleia da República.

Depois de a Senhora Deputada relatora ter sido cumprimentada pelo Senhor Presidente em exercício, pelas Senhoras Deputadas Helga Correia (PSD) e Cristina Mendes da Silva (PS) e pelo Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), a quem agradeceu as saudações, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CDS-PP.

4. **Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 745/XIV/2.<sup>a</sup> (BE) - «Altera o regime jurídico-laboral de teletrabalho, garantindo maior proteção do trabalhador (19.<sup>a</sup> alteração ao Código do Trabalho e 1.<sup>a</sup> alteração da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais)», o Projeto de Lei n.º 765/XIV/2.<sup>a</sup> (PCP) - «Regula o regime de trabalho em teletrabalho», o Projeto de Lei n.º 791/XIV/2.<sup>a</sup> (Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues) - «Reforça os direitos dos trabalhadores em regime de teletrabalho», o Projeto de Lei n.º 806/XIV/2.<sup>a</sup> (PEV) - «Altera o código do trabalho com vista a regular o teletrabalho de forma mais justa», o Projeto de Lei n.º 808/XIV/2.<sup>a</sup> (PS) - «Procede à regulação do teletrabalho» e o Projeto de Lei n.º 811/XIV/2.<sup>a</sup> (PAN) - «Regulamenta o teletrabalho no setor público e privado, cria o regime de trabalho flexível e reforça os direitos dos trabalhadores em regime de trabalho à distância, procedendo à alteração do Código do Trabalho, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e da Lei n.º 98/2009, de 04 de setembro»;**  
Deputada autora do parecer: Clara Marques Mendes (PSD);

Usou então da palavra a Senhora Deputada relatora, expondo de forma abreviada o conteúdo do parecer dedicado às iniciativas elencadas, assinalando que seriam discutidas na reunião plenária desse dia, e que, com exceção do Projeto de Lei n.º



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 80/XIV/2.<sup>a</sup> SL

745/XIV/2.<sup>a</sup> (BE), ainda se encontrava em curso os correspondentes prazos de apreciação pública. Remetendo para a Nota Técnica em anexo quanto ao enquadramento legal e doutrinário, aos antecedentes e às iniciativas conexas pendentes, confirmou a verificação dos requisitos formais aplicáveis, em particular na lei formulário, sugerindo a uniformização dos títulos adotados. Desta forma, abstendo-se de manifestar a sua posição política sobre as mesmas, concluiu pelo envio do parecer ao Senhor Presidente da Assembleia da República.

O parecer foi assim aprovado por unanimidade, registando-se ainda a ausência do GP do CDS-PP, e já depois de os GP do PS, PCP e BE e de o Senhor Presidente em exercício terem cumprimentado a Senhora Deputada relatora pelo trabalho efetuado.

5. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 812/XIV/2.<sup>a</sup> (PSD) - «Altera o regime jurídico-laboral do teletrabalho (19.<sup>a</sup> alteração ao Código do Trabalho e 1.<sup>a</sup> alteração da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais)»; Deputado autor do parecer: João Paulo Pedrosa (PS);**

Foi dada como reproduzida a apresentação anteriormente levada a cabo, passando-se ao ponto seguinte da Ordem do Dia.

6. **Apreciação e votação dos requerimentos do Grupo Parlamentar do BE para audição dos representantes do Estado nos Conselhos de Administração, respetivamente, da Fundação de Serralves e da Fundação Casa da Música;**

Neste quinto ponto, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) começou por lembrar o conjunto de audições parlamentares já realizadas sobre este assunto no ano de 2020, estranhando que os representantes do Estado em ambos os Conselhos de Administração pudessem tomar posições que contrariavam o entendimento da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), e também do Ministério Público (MP), que entretanto o validara. Ainda assim, face aos novos desenvolvimentos verificados, elucidou que se tratava de chamar estes representantes ao Parlamento, de forma a esclarecer a sua perspetiva sobre este processo, que estava longe de estar concluído.

Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Cristina Mendes da Silva (PS), que expressou algumas dúvidas sobre a auscultação dos representantes das duas Fundações, sinalizando a importância nacional de ambas e também os processos



## **Comissão de Trabalho e Segurança Social**

### **ATA NÚMERO 80/XIV/2.<sup>a</sup> SL**

judiciais em curso, e referindo-se inclusive a decisões favoráveis às pretensões das Administrações. Isto posto, notando que não se oporiam à concretização do requerido, reiterou as dúvidas já afirmadas quanto ao eventual efeito positivo das audições.

Por sua vez, a Senhora Deputada Diana Ferreira comunicou que nada tinha a opor aos requerimentos e às audições, não deixando, porém, de frisar, tal como já fizera no passado, a necessidade de respeitar as competências das Comissões Parlamentares Permanentes, o que neste caso era ainda mais visível por os representantes do Estado serem indicados pelo Ministério da Cultura, que era escrutinado pela Comissão de Cultura e Comunicação (CCC). Por conseguinte, apelou ao envolvimento desta Comissão, que não podia ficar de todo à margem da discussão, e que no seu entender até devia liderar o processo.

No mesmo sentido, também a Senhora Deputada Helga Correia garantiu que o seu Grupo Parlamentar não obstará à consumação destas audições, corroborando ainda assim o explanado pela Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), já que esta era uma matéria que se cruzava com a CCC, invocando a esse respeito as audições conjuntas sobre esta temática encetadas no passado. Ainda assim, não deixou de questionar a oportunidade de debater este tema, atentos os já mencionados processos judiciais pendentes.

Destarte, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) agradeceu a abertura revelada por todos os GP perante o requerido, aventando que os requerimentos já indicavam que deveriam ser convidados os Senhores Deputados da 12.<sup>a</sup> Comissão. Prosseguiu argumentando que consideravam a CTSS competente para esta finalidade, sem embargo do aludido convite.

Posto isto, depois de a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) ter advogado que a audição deveria ser em conjunto com a CCC, e não apenas a convite, aduzindo até a situações semelhantes no passado, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) anuiu com a opção de a CTSS votar a realização conjunta com a CCC, disso dando o devido conhecimento.



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 80/XIV/2.ª SL

Com esta formulação, os requerimentos foram aprovados por unanimidade, registando-se ainda a ausência do GP do CDS-PP

#### **7. Definição da metodologia e eventual agendamento da apreciação na especialidade e da nova apreciação na generalidade de iniciativas legislativas em Comissão;**

Foi proposto o adiamento deste ponto, não se verificando a oposição de nenhum dos presentes.


#### **8. Outros assuntos.**

No derradeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Grupo Parlamentar do PS, apesar de não se opor à admissão do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para audição da Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade, solicitou o adiamento da discussão para a próxima reunião da CTSS, atendendo à reduzida antecedência com que o mesmo fora apresentado, o que não mereceu a oposição de nenhum dos presentes.

Por outro lado, o Senhor Presidente em exercício informou que teria lugar na terça-feira seguinte, 11 de maio, pelas 10h30, a audição conjunta com a 6.ª Comissão, e por videoconferência, da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), a requerimento do GP do BE, a propósito da falta de fiscalização da Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto - «Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica», acrescentando que a convocatória seguiria pelos meios habituais.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de maio de 2021.

**O VICE-PRESIDENTE**  
  
**(JOÃO PAULO PEDROSA)**



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 80/XIV/2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Sousa (PS)  
Fernando José (PS)  
João Paulo Pedrosa (PS)  
Luís Soares (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Nuno Sá (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Sílvia Torres (PS)  
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)  
Carla Barros (PSD)  
Clara Marques Mendes (PSD)  
Helga Correia (PSD)  
Maria Germana Rocha (PSD)  
Ofélia Ramos (PSD)  
Olga Silvestre (PSD)  
Isabel Pires (BE)  
José Moura Soeiro (BE)  
Diana Ferreira (PCP)  
Pedro Morais Soares (CDS-PP)  
Cristina Mendes Da Silva (PS)  
Lúcia Araújo Silva (PS)  
Mara Coelho (PS)  
Maria Joaquina Matos (PS)  
Martina Jesus (PS)  
Carla Madureira (PSD)  
Eduardo Teixeira (PSD)  
Emília Cerqueira (PSD)  
Fernanda Velez (PSD)  
Firmino Marques (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
Alexandra Tavares De Moura (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Lina Lopes (PSD)  
Pedro Roque (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Barroco De Melo (PS)